



3799 - Trabalho Completo - XXIV Encontro de Pesquisa Educacional do Nordeste - Reunião Científica Regional da ANPEd (2018)
GT17 - Filosofia da Educação

Filosofia e Educação: Por uma hermenêutica crítica contra a hegemonia sistêmica
Jose Aparecido de Oliveira Lima - UFAL - Universidade Federal de Alagoas
Agência e/ou Instituição Financiadora: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)

Resumo: Esse texto tem como finalidade problematizar uma educação e uma democracia marcadas pelo viés da hegemonia de poder. Essa realidade utópica destaca além das supremacias em todas as esferas, o embrutecimento das relações de reconhecimento e, não menos importante, uma estratégica forma de apatia do sujeito. Diante disso, reiteramos a necessidade de um estranhamento descentrado das coisas e pensar a formação dos sujeitos no viés do esclarecimento, no horizonte da autonomia crítica e da compreensão hermenêutica.

Palavras-chaves: Filosofia e Educação. Reconhecimento. Hermenêutica.

Filosofia e Educação: Por uma hermenêutica crítica contra a hegemonia sistêmica

Introdução

A problematização acerca do avanço sistêmico e hegemônico sobre a educação é o objetivo norteador de nossa pesquisa, ou seja, levamos a especular uma realidade na qual envolve um ensino submerso em metodologias instrumentalizadoras e em um currículo segregador e estéril de conhecimento.

Noutras palavras, experienciamos vestígios de uma singular formação educacional pautada em modelos excludentes, com vista em uma realidade social, na qual certa maioria democrática tem como doutrinação pelo 'poder liberalista' o não reconhecimento das minorias. Assim, conforme coloca Boaventura de Souza (2013, p. 37-38): "A opressão é sempre o produto de uma constelação de saberes e de poderes". De fato, se por um lado, vivenciamos fortes indícios de uma educação fundamentada nas determinações produtivas, por outro, observamos uma democracia vorazmente compreendida na 'supremacia' de uma maioria.

Destarte é relevante uma nova ordem frente aos mecanismos egocentristas de educação e, por conseguinte, de sociedade. Para Adorno (1995, p. 152): "É preciso se opor ao antiindividualismo autoritário", isto é, a luta por reconhecimento deve ser a luta contra o fascismo social. Sendo assim, é interessante não só refletir acerca de uma educação humana com características pautadas na horizontalidade da socialização e reciprocidade, mas também na especulação subversiva, como contributo da formação crítica dos sujeitos. De outra forma, é instigá-los na postura interpretativa, relutante e inquietante da realidade que lhe é imposta. Educar sob um mecanismo sistêmico, competitivo e segregador são pautar a educação nos anseios mercadológicos da reprodutibilidade e do êxito próprio.

Portanto, é necessário desenvolver um pensamento crítico tracejado no reconhecimento das pluralidades, na heterogeneidade autônoma e com vista na horizontalidade das experiências coletivas. Em vista disso, é relevante alcançar o viés de uma hermenêutica contra-hegemônica, capaz de fazer frente aos mecanismos de desigualdades e autoritarismos, na qual "em nossa perspectiva, quer dizer, Educar para o 'nunca mais'" (MATOS, 2015, p. 137).

A Educação Humana como contributo para a formação crítica e emancipatória dos sujeitos

Adorno (1995) ressalta a ideia de emancipação do sujeito como algo "evidente numa democracia" (p. 169), por outro lado, no entanto "precisa ser inserida no pensamento e também na prática educacional" (p. 143), ou seja, uma educação com fortes indícios de habilitação para o mercado destina uma grande 'massa' de sujeitos ao obscurecimento de sua própria realidade.

De certa forma, sofremos um monopólio hegemônico, na qual englobam as injustiças sociais como consequência do descaso econômico, político, e no qual seu domínio resulta nos modelos de 'formação educacional' e 'democrático', ou seja, pela reprodutibilidade material ou cognitiva os sujeitos se tornam o decurso de um projeto alienante e excludente.

De outro modo, Matos (2015) nos sugere um novo projeto, pautado na formação humana e na práxis social da inclusão, na qual deve ser contemplado "à luz do chão da vida", ou melhor, sejam que considerados:

Na perspectiva de sua consolidação de forma que a instituição de educação ensina/aprende, produz e socializa conhecimentos e se constitui espaço para a sociedade civil organizada em suas estruturas formais e não formais [...] onde a formação humana não se dissocia da experiência e do mundo da vida [...] Requer exercitar a consciência crítica, o respeito pela diversidade, o exercício da tolerância (p. 137-138).

A valer, é relevante romper com uma formação social marcada pelas ações reprodutivas e pelas necessidades inesgotáveis do 'ter'. Esse círculo vicioso esforça-se em desenvolver uma cultura apática, uma educação regrada na dinâmica da escassez, na qualificação para a reprodução material e em prol da sustentação de sua inércia crítica. Segundo Adorno (1995, p. 154), é pertinente "confrontar a consciência desleixada".

De fato, esse contexto neoliberalista, neoextrativista e neodesenvolvimentista, não trilha por um caminho histórico da formação humana, no qual o reconhecimento é evidente nos contextos de luta, de cultura e de diversidade social. Pelo contrário, têm como característica

perceber a produção material como finalidade do ser humano e a riqueza como finalidade de sua produção. Aliado a essa realidade, a exclusão da grande maioria denota também uma injustiça social e cognitiva. É relevante inferir que uma educação crítica não pode ser só uma simples representação das experiências cognitivas, mas uma forma de intervir no mundo. Sem a prática de um pensamento autônomo, ficamos a mercê das ideologias dominantes.

Por outro lado, a educação precisa pautar seu conhecimento com vista na emancipação do sujeito, no âmbito da horizontalidade, da coletividade, do reconhecimento, contra os aparatos reducionistas, hierarquizantes e hegemônicos. Consoante a isso, Boaventura (2013) coloca que “O saber crítico emancipatório é interconhecimento, reconhecimento e autoconhecimento” (p. 33).

Seguindo esse pensamento, Mészáros (2015) expõe a relevância de se educar para uma autorreflexão de suas experiências e necessidades de vida com intuito de poder ressignificá-las, pois:

Somente os indivíduos socialmente conscientes podem verdadeiramente julgar o que pode ser [...] não apenas quantitativo (tempo), mas também em sentido qualitativo (intensidade) de seu tempo disponível livremente acessível, [...] alocado pelas pessoas envolvidas para fins produtivos [...] E, ao mesmo tempo, esse assunto também envolve decidir a questão: quais são as verdadeiras necessidades humanas (97).

A urgência de uma transformação da sociedade é para evitar a ‘dessocialização’, para que possamos viver em igualdade e reciprocidade. Esse contexto passa por uma reconstrução de nossas práticas, de nossos anseios, do modo hermenêutico de interpretar as coisas e o mundo.

O reconhecimento hermenêutico do outro e do mundo contra uma hegemonia democrática

Contra uma educação que sofre a apatia dos currículos, na qual é regida pelo dogmatismo eurocentrista, é preciso instigar a arte do pensar hermenêutico para uma real interpretação do mundo e, por conseguinte, do outro, considerando sua historicidade identitária.

De fato, esse atual modelo de educação alicerçada nos paradigmas europeus e norte-americanos não compreende mais a realidade multifacetada de nossa sociedade. Como afirma Matos (2015, p. 140): “parecem não conseguirem responder aos novos fenômenos de um público diversificado, uma cultura cada vez mais polissêmica e uma sociedade absolutamente fragmentada, de um lado, e dinâmico, do outro”. Pensamos que a educação esteja muito fragilizada nesse ponto, por não aperceber uma sociedade heterogênea e em constante mutação. Assimilar essa realidade é fundamental, pois o problema não está só na interpretação das coisas, porém como as pessoas a compreendem.

O ato de compreensão pode levar o sujeito a autorreflexão, a confrontação de sua realidade, e assim, a ressignificação de sua identidade histórica. Ora, o sujeito crítico deve se sentir constantemente provocado pelas estranhezas do mundo. Como afirma Grondin (2012, p. 30-31): “A primeira condição da hermenêutica é, efetivamente, que algo de estranho deve ser entendido”.

Nesse viés de pensamento, consideramos que a possibilidade de configuração de uma democracia organizada na forma social política da igualdade e do reconhecimento é urgente, sobretudo, diante das crises identitárias de nosso tempo, não menos importante, as ausências de reconhecimento na esfera social e, conseqüentemente, escolar. Desse modo, é notório que ficamos marcados por uma prática, por um discurso fundado no autoritarismo e por relações egocêntricas que levam a alienação. É preciso observar a necessidade de uma interpretação descentrada, pois só assim conseguiremos compreender os diversos pontos de vista.

Como os hermeneutas que buscam confrontar o texto analisando o contexto do autor, do escritor ou do locutor, interpretar a realidade inserida é compreender os discursos e seus sujeitos. Ora, “o que é que se pretende dizer quando alguém fala? Quando alguém escreve? Quando alguém diz mais do que efetivamente diz?” (RICOEUR, 1976, p. 83). É importante interpretar e compreender o que está oculto, pois, contemplando as experiências reais de quem fala, adentro as perspectivas de seus significados.

Se utilizando do pensador alemão, Jürgen Habermas (2014) e na sua perspectiva da compreensão mútua, o autor nos impulsiona para uma reconstrução da interpretação do mundo pelos sujeitos críticos. Seu pensamento acerca da relação com o outro repousa nos pressupostos das experiências de vida, tanto na esfera pública quanto na sua fundamental validação no mundo das relações vividas, noutras palavras, o mundo das experiências é o *lócus* legítimo das ações intersubjetivas de entendimento.

Para Habermas (1990): “o que o falante pretende externar através da expressão liga-se não somente com aquilo que nela se diz expressamente, mas também com a ação, a qual deve ser compreendida naquilo que é dito” (p. 106). Em outros termos, o ato de fala impõe mais que só a voz de quem fala, aponta uma ação no mundo, nesse sentido, é relevante interpretar a ideia subjacente presente em uma fala e em sua ação. Assim, poderemos compreendê-lo para além das palavras.

Portanto, conclui-se imprescindível saber interpretar o mundo na premência de compreendê-lo. Estranhar-se com o mundo e com os modelos pré-conceituados é abrir-se ao novo, ou seja, é reconhecer as diferenças. O não reconhecimento do outro diferente, ou mesmo, a ideia de uma democracia na qual se exclui uma minoria, se caracterizam na mais diversificada forma de desrespeito e na violenta coação do outro. Por isso, a interpretação do outro e, conseqüentemente, do mundo a fim de compreendê-lo, respeitando sua historicidade e identidade, é a maior riqueza que podemos configurar para a nossa vida.

Conclusão

Podemos afirmar que nesses tempos de crise, a realidade é perversa, é temerária e urge por uma concorrência desumana. O atual cenário político, social e econômico suscita uma formação monopolizadora, embrutecida e parasitária a qualquer custo, seja pela necessidade da autoafirmação dos sujeitos, seja pelo descentramento da educação para o âmbito mercadológico. Contra esse âmbito de pensamento, Adorno (1995) aponta uma “educação para a contradição e para a resistência” (p. 183).

A luta por uma sociedade mais justa e igualitária é a luta por uma democracia que reconheçam as diferenças e escutem as vozes dos excluídos e marginalizados de nosso tempo. Em acordo com Matos (2015, p. 82): “É nosso objetivo focarmos nossa reflexão nas questões concernentes à inclusão de pessoas que portam a marca da diferença, em amplo sentido, e têm o direito a um acolhimento indistinto e digno de sua condição [...]”. Precisamos imaginar uma educação na qual se utilize de uma hermenêutica interpretativa em todas as esferas de discussões para uma compreensão crítica de nossa atual realidade social, econômica e política. Inevitavelmente, a pesquisa e os pesquisadores têm papel fundamental no processo evolutivo de esclarecimento, de reconhecimento e de inclusão dos atores sociais em suas problematizações conceituais e práticas.

À vista disso, no entanto, a proposta pedagógica de uma hermenêuticidade, não seria só mais um fundamento metodológico ou só mais um modelo didático utilizado para reprodução dos saberes, mas um contributo hermenêutico-crítico pautado nas experiências de vida, na capacidade crítica e autorreflexiva dos sujeitos envolvidos de reconstruir suas histórias e ressignificar seu cotidiano que estão além das fronteiras da educação sistêmica. Podemos concluir que é imprescindível a luta contra uma configuração sistêmica de realidade, na qual a educação limita a cultura; as mídias restringem as informações e o trabalho reprime a busca pelo conhecimento. Em tempos temerários, é

preciso resistir e contradizer.

Referências

ADORNO, Theodor W. **Educação e emancipação**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

GRONDIN, Jean. **Hermenêutica** / Jean Grondin; tradutor Marcos Marcionilo. – São Paulo: Parábola Editorial, 2012.

HABERMAS, Jürgen. **Conhecimento e Interesse** / Jürgen Habermas; tradução Luiz Repa. – 1. ed. – São Paulo: Editora Unesp, 2014a.

_____. **Pensamento pós-metafísico: estudos filosóficos**/ Jürgen Habermas. 2. Ed. Rio de Janeiro: Tempo brasileiro, 1990. 271 p. (Biblioteca Tempo Universitário; nº 90. Série Estudos Filosóficos).

MATOS, Junot. **Dialogação: Filosofia da educação** / Junot Cornélio Matos. 1.ed. – Curitiba, PR: CVR, 2015. 206 p.

MÉSZÁROS, István, 1930. **A montanha que devemos conquistar**. Reflexões acerca do Estado / István Mészáros; tradução Maria Izabel Lagoa. – 1. ed. – São Paulo: Boitempo, 2015.

RICOUER, Paul. **Teoria da interpretação: O discurso e o excesso de significação**. Tradução de Artur Morão. Lisboa/Portugal: Edições 70, 1976.

SANTOS, Boaventura de Sousa; CHAUI, Marilena. **Direitos Humanos, democracia e desenvolvimento**. São Paulo: Cortez, 2013.